

TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRA**SIM 02459.000.426/2025****1. OBJETO**

1.1 Aquisição de materiais de limpeza diversos, de copa e cozinha para atendimento das demandas nas unidades pertencentes às Procuradorias, Promotorias e setores auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Item	Material	Unid. de Medida	Quant
1.1	ÁLCOOL EM GEL	UN	40
1.2	ALVEJANTE (AGUA SANITARIA)	UN	300
1.3	DETERGENTE P/ LAVAR CARPETES	UN	30
1.4	ÓLEO DE PEROBA	UN	20
1.5	VASSOURA DE POLIPROPILENO	UN	10
1.6	SABÃO DE COCO	UN	50
1.7	SABÃO LÍQUIDO PARA LIMPEZA(5 LITROS)	UN	15
1.8	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS	UN	20
2.1	COPO PLÁSTICO P/ ÁGUA	PCT	800
3.1	DETERGENTE LIQUIDO	UN	800
3.2	ESPONJA P/ LOUÇA	UN	400
3.3	FLANELA BRANCA	UN	100
3.4	PANO P/ CHÃO	UN	200
4.1	GARRAFA TÉRMICA	UN	60
5.1	NEUTRALIZADOR DE ODORES	UN	200
6.1	PAPEL HIGIÊNICO	RL	3840
6.2	PAPEL HIGIÊNICO (ROLO COM 300 METROS)	RL	60
7.1	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO EM PACOTES DE 1000 FOLHAS	PCT	800
7.2	PAPEL TOALHA 20X100	RL	500
8.1	REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA COLORMAQ PREMIUM	UN	150
8.2	REFIL PARA PURIFICADOR IBBL FR 600 C+3	UN	80
8.3	REFIL PURIFICADOR ACQUA FLEX LIBELL	UN	20
8.4	REFIL PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA P355	UN	20
9.1	SACO PLASTICO P/ LIXO 100L AZUL	PCT	6
9.2	SACO PLASTICO P/ LIXO 60L AZUL	PCT	20
9.3	SACO PLÁSTICO P/ LIXO 60L MARROM	PCT	15
9.4	SACO PLASTICO P/ LIXO 60L VERDE	PCT	3

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3 A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.4 Os bens a serem adquiridos são:

- ☐ Itens de patrimônio
- ☒ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, a contar do empenho da despesa.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária para manter o estoque de atendimento à demanda da instituição.

A quantidade informada está justificada em função da série histórica de consumo da instituição. A duração prevista para todos os itens, com base na demanda dos últimos 12 meses e a tendência de alta ou baixa, é até o início de 2026, onde está prevista a implantação de outro formato de fornecimento de materiais de consumo, o Almoxarifado Virtual.

Está sendo feito um estudo para implantar o almoxarifado virtual (sistema de outsourcing) na instituição e a previsão para o término do estudo e o início do pedido (caso seja viável e vantajoso) é para o final de 2025, sendo necessária a aquisição dos materiais de expediente até o começo do fornecimento dos insumos em outro formato.

Item	Material	Estoque	Média 3	Média 6	Média 12	Maior Média	Duração	Compra 2025	Compra ajustada
1.1	ÁLCOOL EM GEL	59	4,00	6,83	7,92	7,92	7,45	36,0	40
1.2	ALVEJANTE (AGUA SANITARIA)	60	31,33	30,83	24,42	31,33	1,91	316,0	300
1.3	DETERGENTE P/ LAVAR CARPETES	29	5,00	4,67	3,08	5,00	5,80	31,0	30
1.4	ÓLEO DE PEROBA	6	4,00	2,17	1,67	4,00	1,50	42,0	20
1.5	VASSOURA DE POLIPROPILENO	22	2,67	1,67	1,67	2,67	8,25	10,0	10
1.6	SABÃO DE COCO	87	7,00	11,83	10,42	11,83	7,35	55,0	50
1.7	SABÃO LÍQUIDO PARA LIMPEZA (5 LITROS)	25	3,33	2,83	2,50	3,33	7,50	15,0	15
1.8	SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS	15	2,67	2,33	2,00	2,67	5,63	17,0	20
2.1	COPO PLÁSTICO P/ ÁGUA	516	115,67	102,83	80,50	115,67	4,46	872,0	800
3.1	DETERGENTE LIQUIDO	523	120,00	109,83	96,58	120,00	4,36	917,0	800
3.2	ESPONJA P/ LOUÇA	672	89,00	92,67	82,33	92,67	7,25	440,0	400
3.3	FLANELA BRANCA	678	62,33	59,83	50,08	62,33	10,88	70,0	100
3.4	PANO P/ CHÃO	424	47,67	51,33	42,08	51,33	8,26	192,0	200
4.1	GARRAFA TÉRMICA	104	11,67	12,50	13,00	13,00	8,00	52,0	60
5.1	NEUTRALIZADOR DE ODORES	1	18,67	19,00	14,17	19,00	0,05	227,0	200
6.1	PAPEL HIGIÊNICO	2741	467,33	573,83	510,42	573,83	4,78	4145,0	3840
6.2	PAPEL HIGIÊNICO (ROLO COM 300 METROS)	112	14,00	13,33	7,33	14,00	8,00	56,0	60
7.1	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO EM PACOTES DE 1000 FOLHAS	400	132,33	97,67	86,58	132,33	3,02	1188,0	800
7.2	PAPEL TOALHA 20X100	4034	346,33	378,00	334,08	378,00	10,67	502,0	500
8.1	REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA COLORMAQ PREMIUM	143	25,00	22,83	13,42	25,00	5,72	157,0	150
8.2	REFIL PARA PURIFICADOR IBBL – FR 600 – C+3	33	9,00	7,83	6,75	9,00	3,67	75,0	80
8.3	REFIL PURIFICADOR ACQUA FLEX LIBELL	13	3,00	2,50	1,42	3,00	4,33	23,0	20
8.4	REFIL PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA P355	2	3,33	2,00	2,00	3,33	0,60	38,0	20
9.1	SACO PLASTICO P/ LIXO 100L AZUL	125	50,00	58,33	62,50	62,50	2,00	625,0	600
9.2	SACO PLASTICO P/ LIXO 60L AZUL	1500	300,00	208,33	150,00	300,00	5,00	2100,0	2000
9.3	SACO PLÁSTICO P/ LIXO 60L MARROM	1350	233,33	250,00	204,17	250,00	5,40	1650,0	1500
9.4	SACO PLASTICO P/ LIXO 60L VERDE	2250	200,00	183,33	162,50	200,00	11,25	150,0	300

3. SOLUÇÃO

Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão do valor estimado para contratação, conforme Art. 9º, inciso I, letra “a” do Provimento 104/2023.

4. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☒ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☐ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

4.2 Marca(s) ou modelos(s)

- ☒ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.
- ☐ Há indicação de marca/modelo.
- ☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

4.3 O objeto que se pretende contratar deverá conter as seguintes características:

a) Item 1.1 - ÁLCOOL EM GEL

ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, EM GEL, ANTISSEPTICO PARA MÃOS, COM GRADUAÇÃO DE 70° INPM, EM FRASCOS DE, NO MÍNIMO, 450 G, NOTIFICADO PELA ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.2 - ALVEJANTE (AGUA SANITARIA)

ALVEJANTE BIODEGRADÁVEL A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO COM CONCENTRAÇÃO ENTRE 2,0 E 2,5% DE CLORO ATIVO, EM CAIXAS COM 12 FRASCOS (COM TAMPA DE ROSCA) DE 1 LITRO CADA, COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.3 - DETERGENTE P/ LAVAR CARPETES

PRODUTO ESPECÍFICO PARA LIMPEZA DE CARPETES, CONTENDO EM SUA FÓRMULA TENSOATIVO ANIÔNICO BIODEGRADÁVEL, COADJUVANTES, CONSERVANTES, PERFUME E ÁGUA, COM DILUIÇÃO DE 100 ML POR LITRO D'ÁGUA, TAMPA DE ENROSCAR, EM FRASCOS DE 500ML CADA, COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.4 - ÓLEO DE PEROBA

ÓLEO MINERAL E VEGETAL, SOLVENTE MINERAL E VEGETAL COM AROMA PARA USO (LIMPEZA, LUSTRO E RENOVAÇÃO) EM ARTEFATOS DE MADEIRA (ÓLEO DE PEROBA), EM FRASCOS DE 200 ML, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.5 - VASSOURA DE POLIPROPILENO

VASSOURA DOMÉSTICA, COM CERDAS PLUMADAS EM POLIPROPILENO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 65 FEIXES COM 35 CERDAS CADA (TOLERÂNCIA DE 5%) CABO EM MADEIRA COM 1,20 M

Item 1.6 - SABÃO DE COCO

SABÃO DE COCO, EM BARRAS COM NO MÍNIMO 200G CADA, COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.7 - SABÃO LÍQUIDO PARA LIMPEZA(5 LITROS)

SABÃO LÍQUIDO BIOLÓGICO, CREMOSO, BIODEGRADÁVEL, EM BOMBONAS DE 5 LITROS, À BASE DE SAIS DE ÁCIDOS ALQUIL CARBOXÍLICOS, ÁGUA, ESPESANTE E PERFUME. USO COMO DESENGRAXANTE E LIMPEZA GERAL DE SUJEIRAS IMPREGNADAS EM DIVERSAS SUPERFÍCIES, INCLUÍDO PLÁSTICOS, METAIS, LOUÇAS, LOUÇAS SANITÁRIAS E PISOS DIVERSOS, INCLUSIVE PORCELANATOS, COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 1.8 – SABONETE LÍQUIDO 5 LITROS

SABONETE LÍQUIDO CREMOSO BIODEGRADÁVEL PARA PRONTO USO, VISCOSO A 20° COM FRAGRÂNCIA SUAVE DE ERVA DOCE, EM BOMBONAS DE 5 LITROS E COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA. O PRODUTO NÃO PODERÁ CAUSAR IRRITABILIDADE DÉRMICA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 2.1 – COPO PLÁSTICO P/ ÁGUA

COPO PLÁSTICO, ATÓXICO, DESCARTÁVEL, PRODUZIDOS COM POLIPROPILENO (PP), COM CAPACIDADE PARA 200 ML, GRAMATURA DE 220 G/CENTO, EM PACOTES COM 100 UNIDADES CADA, PESANDO, NO MÍNIMO, 220 GRAMAS O PACOTE

Item 3.1 - DETERGENTE LÍQUIDO

DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS NEUTRO, COM GLICERINA, BIODEGRADÁVEL EM FRASCOS COM 500 ML, COM TAMPA, EM CAIXAS COM 12 OU 24 FRASCOS, COM NOTIFICAÇÃO NA ANVISA, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 3.2 - ESPONJA P/ LOUÇA

ESPONJA PLÁSTICA P/ LIMPEZA C/ DUAS CAMADAS DISTINTAS (DUPLA FACE) MEDINDO, NO MÍNIMO 10 X 7 X 2 CM, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE

Item 3.3 - FLANELA BRANCA

FLANELA PARA LIMPEZA EM ALGODÃO, NA COR BRANCA, FORMATO MÍNIMO DE 30 X 40 CM, COM AS BORDAS CHULEADAS

Item 3.4 – PANO P/ CHÃO

SACOS DE ALGODÃO PARA LIMPEZA DE ASSOALHO NA COR BRANCA, LAVADO, MEDINDO, 40 X 65 CM

Item 4.1 - GARRAFA TÉRMICA

GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA, COPO SUPERIOR PLÁSTICO, LACRADA, AMPOLA ISOLADA (SEM ACESSO PARA TIRAR E COLOCAR), CIRCUNFERÊNCIA MÁXIMA DE 32 CM, COM CERTIFICADO DE GARANTIA DE EFICIÊNCIA E CAPACIDADE PARA 1 LITRO, DEVERÁ ATENDER A NBR13282 DA ABNT

Item 5.1 - NEUTRALIZADOR DE ODORES

NEUTRALIZADOR DE ODORES, SEM PERFUME, EM AEROSOL, EM LATAS COM, NO MÍNIMO, 360 ML CADA, COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 24 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA

Item 6.1 - PAPEL HIGIÊNICO

PAPEL HIGIÊNICO MACIO FABRICADO COM 100% DE CELULOSE VIRGEM, NÃO ALÉRGICO, EXTRA-BRANCO, SEM IMPUREZAS, COM CONTROLE BACTERIOLÓGICO, COM FOLHA DUPLA, PICOTADO, EM ROLOS DE 95G (ADMITINDO-SE VARIAÇÃO DE 10% PARA MENOS) E COM 30 M CADA, FABRICADOS COM CELULOSE CERTIFICADA, ACONDICIONADOS EM PACOTES COM 4

ROLOS, EM FARDOS COM 64 ROLOS;(UM ROLO IGUAL A UMA UNIDADE) , A FABRICAÇÃO DO PAPEL DEVE TER CERTIFICAÇÃO DO CERFLOR OU DO FSC

Item 6.2 - PAPEL HIGIÊNICO (ROLO COM 300 METROS)

PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO, COR BRANCA, EXTRA-LUXO, 100% CELULOSE VIRGEM, TIPO PICOTADO, TAMANHO 0,10 X 300 METROS E REGISTRADO NA ANVISA. ACONDICIONADO EM FARDOS COM 8 UNIDADES, A FABRICAÇÃO DO PAPEL DEVE TER CERTIFICAÇÃO DO CERFLOR OU DO FSC

Item 7.1 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO EM PACOTES DE 1000 FOLHAS

PAPEL TOALHA INODORO, EXTRA-BRANCO, SEM IMPUREZAS, TEXTURA PARELHA, NÃO ALÉRGICO, FABRICADO COM CELULOSE 100 % VIRGEM, INTERFOLHADAS EM PACOTES COM 1000 FOLHAS, NO FORMATO 20 X 21 CM, A FABRICAÇÃO DO PAPEL DEVE TER CERTIFICAÇÃO DO CERFLOR OU DO FSC

Item 7.2 - PAPEL TOALHA 20X100

PAPEL TOALHA INODORO, TIPO LUXO OU PREMIUM, EXTRA-BRANCO, TEXTURA PARELHA, NÃO ALÉRGICO, FORMATO 20 CM X 100M, FABRICADO COM CELULOSE CERTIFICADA, RESISTENTE QUANDO EM CONTATO COM AS MÃOS ÚMIDAS(NÃO PODE SE DESPEDAÇAR), ACONDICIONADO EM FARDOS COM 8 ROLOS; PESANDO, NO MÍNIMO, 4,3 KG CADA FARDO, A FABRICAÇÃO DO PAPEL DEVE TER CERTIFICAÇÃO DO CERFLOR OU DO FSC

Item 8.1 - REFIL PARA PURIFICADOR DE ÁGUA COLORMAQ PREMIUM

REFIL (FILTRO) PARA PURIFICADOR DE ÁGUA COLORMAQ MODELO PREMIUM, À BASE DE CARVÃO ATIVADO EM BLOCO IMPREGNADO COM PRATA COLOIDAL, COM VAZÃO NOMINAL DE 48 LITROS/HORA, COM VIDA ÚTIL DE EFICIÊNCIA DE CLORO RECOMENDADA DE 4.000 LITROS E 6 MESES DE USO

Item 8.2 - REFIL PARA PURIFICADOR IBBL FR 600 - C+3

REFIL (FILTRO) PARA PURIFICADOR DE ÁGUA IBBL – FR 600 – C+3, À BASE DE CARVÃO ATIVADO EM BLOCO IMPREGNADO COM PRATA COLOIDAL, COM VIDA ÚTIL DE EFICIÊNCIA DE CLORO DE 3.000 LITROS E 6 MESES DE USO

Item 8.3 - REFIL PURIFICADOR ACQUA FLEX LIBELL

REFIL (FILTRO) PARA PURIFICADOR DE ÁGUA ACQUAFLEX LIBELL, À BASE DE CARVÃO ATIVADO EM BLOCO IMPREGNADO COM PRATA COLOIDAL, MEDINDO 185 MM DE ALTURA E 60 MM DE DIÂMETRO, COM VIDA ÚTIL DE EFICIÊNCIA DE CLORO DE 4.000 LITROS, CLASSE DE REDUÇÃO

DE CLORO: (C) I $\geq 75\%$ E CLASSE DE RETENÇÃO DE PARTÍCULAS (P) IV $\geq 15\mu\text{M}$ A $\leq 30\mu\text{M}$, PESANDO 270 GRAMAS

Item 8.4 - REFIL PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA P355

FILTRO PARA PURIFICADOR DE ÁGUA LATINA P355, ESTRUTURA EM PP, MEDINDO 230 MM X 90 X 60 A X L X P, COM VIDA ÚTIL DE EFICIÊNCIA DE CLORO DE 3.000 LITROS E 6 MESES DE USO, COM ELEMENTOS FILTRANTES EM METBLOWN E CARVÃO ATIVADO COM PRATA COLOIDAL, PESANDO 250 GRAMAS

Item 9.1 - SACO PLÁSTICO P/ LIXO 100L AZUL

SACO P/ LIXO COM PLÁSTICO RECICLADO, COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS, NA COR AZUL, EM PACOTES COM 100 UNIDADES (CADA PACOTE DEVERÁ PESAR 4,0 KG, ADMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE 10%)

Item 9.2 - SACO PLÁSTICO P/ LIXO 60L AZUL

SACO P/ LIXO COM PLÁSTICO RECICLADO, COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS, NA COR AZUL, EM PACOTES COM 100 UNIDADES (CADA PACOTE DEVERÁ PESAR 2,0 KG, ADMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE 10%)

Item 9.3 - SACO PLÁSTICO P/ LIXO 60L MARROM

SACO PARA LIXO COM PLÁSTICO RECICLADO, COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS, NA COR MARROM, EM PACOTES COM 100 UNIDADES (CADA PACOTE DEVERÁ PESAR 2,0 KG, ADMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE 10%)

Item 9.4 - SACO PLÁSTICO P/ LIXO 60L VERDE

SACO P/ LIXO COM PLÁSTICO RECICLADO, COM CAPACIDADE PARA 60 LITROS, NA COR VERDE, EM PACOTES COM 100 UNIDADES (CADA PACOTE DEVERÁ PESAR 2,0 KG, ADMITINDO-SE UMA VARIAÇÃO DE 10%)

b) Materiais novos, sem uso, em embalagens originais do fabricante.

c) Nos itens 6.1, 6.2, 7.1 e 7.2, caso a contratada não seja o fabricante do papel que tenha a certificação do CERFLOR ou FSC, será solicitado para a empresa, para fins de aprovação do material, comprovante da cadeia comercial.

4.4 – Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☒ Foram adotados

Para os itens 1.2, 1.3, 1.7, 1.8 e 3.1 solicitamos que os materiais sejam biodegradáveis, conforme Art. 2º, inciso VIII da Instrução Normativa PGJ 03/2013;

Para o item 5.1 solicitamos que o frasco contenha 360 ml, conforme Art. 3º, § 1º, alínea “a” da Instrução Normativa PGJ 03/2013;

Para os itens 6.1, 6.2 e 7.1, 7.2 solicitamos que a fabricação seja com celulose certificada, conforme Art. 2º, inciso Vi da Instrução Normativa PGJ 03/2013;

Para os itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 solicitamos que a fabricação seja com plástico reciclado, conforme Art. 2º, inciso VIII da Instrução Normativa PGJ 03/2013.

Nos demais itens não foram adotados critérios de sustentabilidade, conforme Art. 3º, § 2º da Instrução Normativa PGJ 03/2013.

☐ Não foram adotados

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Exigências legais:

☒ Foram verificadas e não existem para o objeto

☐ Foram verificadas e são as seguintes

5.2 Garantia de execução do contato

Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

5.3 Programa de Integridade:

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 Prova do material:

☒ Não

☐ Sim.

6.2 Forma de entrega dos bens:

a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.

b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

6.3 Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:

☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato.

☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato.

6.4 Prazo da entrega dos bens:

☒ Entrega integral: até 30 dias após a data de recebimento da ordem de fornecimento.

☐ Sob demanda, com quantidades estimadas:

☐ Sem quantidade mínima por pedido.

☐ Com quantidade mínima por pedido.

☐ Programada.

6.5 Local de entrega dos bens:

O local para entrega é na Unidade de Patrimônio e Almoxarifado localizado na Rua Leopoldo Fróes, 86 - Bairro Floresta, nesta capital;

Os responsáveis pelo recebimento são os servidores Christian Brod ou Wagner Finger, telefone 3295-2090;

A entrega deve ser efetuada de segunda a sexta-feira das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h ou no horário informado na Ordem de Fornecimento.

6.6 A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

6.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra):

- ☒ Não se aplica.
- ☐ Haverá instalação.

6.8 Recebimento:

- a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;
- b) definitivamente, em até 15 dias após o recebimento provisório e depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.

6.8.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à contratada, que terá o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para providenciar sua substituição.

6.9 Subcontratação:

É vedada a subcontratação

6.10 Desfazimento/destinação final dos bens:

- ☒ Não se aplica.
- ☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

6.11 Garantia/assistência técnica contratual

O prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), de 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

7.1 A compra será formalizada:

- ☒ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato
- ☐ Contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada apenas pelo fiscal (ou, na falta deste, por seu substituto), que acumula as funções de gestor e fiscal.

7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

- a) Fiscal: Wagner Finger, email: patrimonio-almox@mprs.mp.br, telefone 51-3295-2090;
- b) Fiscal substituto: Christian Brod, patrimonio-almox@mprs.mp.br, telefone 51-3295-2090.

7.4.2 O fiscal do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o fiscal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) anotar no procedimento, na medida em que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;

d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim.

7.5 Obrigações gerais:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

7.6 Sanções:

7.6.1 Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência;
- c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato;
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.6.2 Sanções específicas

☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto:

7.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

8. PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

☒ Não

☐ Sim

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

a) Aos cuidados de: Christian Brod

b) Endereço de e-mail: patrimonio-almox@mprs.mp.br

c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-3295-2090

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.5 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.6 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.7 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.7.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.7.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1.1 Critério de julgamento

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço unitário

9.1.2 Parcelamento do objeto

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto, de forma total ou em parte (itens ou lotes):

Justificativa: O pedido em lote, no caso concreto, lotes 1, 3, 6, 7, 8 e 9 se justifica por serem itens agrupados de natureza semelhante, que pertencem ao mesmo gênero, o tipo de refil (lote 8), materiais de limpeza comuns (lotos 1, 3), a cor e a capacidade dos sacos de lixo (lote 9) e tipos de papel higiênico e papel toalha (lotos 6 e 7). Estes itens agrupados em lote fazem parte do mesmo nicho de mercado e tem, normalmente, o mesmo fornecedor, não prejudicando sua concorrência, sendo estimulada pela sua maior atratividade financeira, considerando, inclusive, o ganho de escala e o aproveitamento do frete, além de conseguirmos mais eficiência administrativa com menos contratos e menos fornecedores.

9.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021);
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06;
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
 - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

9.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

9.3.1 Amostra:

- ☐ Não será exigida amostra.
- ☒ Será exigida amostra: **Itens 1.5, 1.8, 2.1, 4.1, 5.1, 6.1, 6.2, 7.1, 7.2, 9.1 e 9.2**
 - a) Justificativa: o pedido de amostras tem como objetivo verificar se a qualidade do material ofertado atende às especificações técnicas do Termo de Referência, uma vez que essa avaliação não pode ser realizada de forma adequada por meio de catálogos, folders ou materiais publicitários;
 - b) Responsável pela análise: Christian Brod ou Wagner Finger;
 - c) Aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: devem estar de acordo com a especificação técnica de cada objeto;
 - d) Local de entrega: Rua Leopoldo Fróes, 86 – Bairro Floresta em Porto Alegre-RS;
 - e) Prazo de entrega da amostra: 10 dias a contar da solicitação ao Licitante;
 - f) Prazo para avaliação da amostra pelo Ministério Público: até 3 dias úteis;
 - g) Devolução do bem: Em caso de não aceitação da amostra, a licitante deverá retirá-la no local de entrega em até 10 dias úteis da comunicação. Após, será descartado.
 - h) Devolução do bem aceito: A amostra aceita fará parte da entrega.

9.3.2 Catálogo

- ☒ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☐ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

9.3.3 Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

9.3.4 Laudos e/ou Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e/ou declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e/ou declarações.

9.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☒ Não será exigida qualificação técnica
- ☐ Será exigida qualificação técnica

9.4.1 Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos:
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso:

- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso:
- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

9.4.2 Qualificação técnica do subcontratado

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá.

9.5 CONSÓRCIO

- ☒ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio:
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

10 – ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor estimado para a contratação será de R\$ 50.026,03.